

A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E DO MOVIMENTO SINDICAL FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: OS CASOS DA ARGENTINA E DO BRASIL NOS ANOS 90

Sérgio Alfredo Massen Prieb^{*}
Edson Valderi Prestes de Oliveira^{**}

Resumo: O mundo do trabalho encontra-se em um processo de plena transformação, em especial nos últimos 25 anos. Verifica-se uma mudança no padrão de acumulação capitalista, em que o taylorismo-fordismo é substituído pelo toyotismo, o desemprego chega a patamares elevados, em especial nos países periféricos, onde formas novas de produção convivem com formas arcaicas. Com a implantação do neoliberalismo nos principais países da América Latina, com o qual a Argentina e o Brasil passam a conviver a partir dos anos 90, verifica-se que a classe trabalhadora sofre profundas modificações na sua forma de produzir, em seu número de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho na alteração da legislação trabalhista, e na própria reação sindical às metamorfoses que se operam no mundo do trabalho.

Palavras-chave: trabalho; classe trabalhadora; sindicalismo

1 Introdução

Esse final de século e de milênio apresentou a conjunção de profundas mudanças econômicas, tecnológicas e sociais que vêm se processando desde as últimas décadas no cenário internacional.

Assiste-se a uma amplificação do predomínio dos fluxos internacionais de capitais, em que os sistemas monetários e

^{*} Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM, doutorando em Economia pela UNICAMP;

^{**} Bacharel em Ciências Econômicas pela UFSM, mestrando em Integração Latino-Americana pela UFSM.

mercados financeiros internacionais apresentam-se como a mais profunda expressão do processo de integração econômica mundial.

Essa nova ordem, que vem dar outra forma ao modo de produção capitalista contemporâneo, tem como um dos seus pilares a chamada terceira revolução tecnológica. O intenso desenvolvimento técnico-científico das forças produtivas ocorrido no pós-guerra, com o surgimento da informática, da robótica, e da microeletrônica, entre outras, tem desencadeado uma intensa modificação no processo de produção e organização do trabalho.

Essas transformações vinculadas e agregadas ao predomínio das idéias neoliberais, se, por um lado, têm redundado em importantes conseqüências para os trabalhadores dos países desenvolvidos, por outro lado, apresentam efeitos ainda mais decisivos na classe trabalhadora dos países periféricos, que, em sua quase totalidade, nunca conheceram o sistema de proteção social dos países centrais.

Sendo a Argentina e o Brasil dois membros líderes do bloco que compõe o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), serão estudadas as transformações ocorridas no mundo do trabalho nesses dois países, ressaltando as questões que envolvem o emprego, a reestruturação produtiva e a organização sindical nos anos 90.

2 Argentina e Brasil frente às transformações no mundo do trabalho

No alvorecer do capitalismo, as máquinas eram movidas fundamentalmente pela ação humana. A introdução de novas fontes de energia modificou radicalmente as formas de produção. Na segunda fase da revolução industrial, que engloba as últimas décadas do século XIX até a Segunda Grande Guerra Mundial, o processo de trabalho sofre uma nova transformação proporcionada

pela aplicação de novas tecnologias e pela utilização da organização científica do trabalho, que vai viver seu período de auge até meados dos anos 70. Assim, o predomínio taylorista-fordista permite ao capitalismo ingressar no que Hobsbawm (1995, p. 393) chama de a “era de ouro” dos países capitalistas desenvolvidos, período este que se caracterizou pelo crescimento econômico sem precedentes, pelo aumento real de salários e pelo quase pleno emprego.

A implantação das idéias keynesianas fez com que o Estado tivesse um papel preponderante na recuperação dos países devastados pela guerra, enquanto, no plano social, o “estado de bem estar”, que iria predominar até o início dos anos 80, serviu como uma forma de inibir a opção dos trabalhadores pela via socialista, os quais terão, no pós-45, muitas das suas demandas atendidas.

Uma nova fase de desenvolvimento técnico-científico passa a ocorrer nos países desenvolvidos, a partir do final dos anos 70, com a amplificação do uso da robótica, da microeletrônica, da automação, entre outras, que traz como conseqüências, tanto conquistas nos planos produtivo, de transportes, da comunicação, da cultura etc, bem como questões de ordem social ao aprofundar problemas inerentes ao modo de produção capitalista, como o desemprego estrutural.*

As transformações ocorridas nos países desenvolvidos não custariam a se fazer presentes nos países periféricos, como é o caso da América Latina.

Até os anos 50, a maioria dos países latino-americanos se caracterizava por uma economia essencialmente agrícola, com indicadores sócio-econômicos demasiadamente baixos. Neste período, o Brasil buscava incrementar o seu processo de

* Sobre os problemas decorrentes da introdução das inovações tecnológicas no mundo do trabalho, bem como das principais teorias que tratam do tema, ver Prieb (2000).

industrialização como fio condutor capaz de suplantando o subdesenvolvimento:

Desde a segunda metade dos anos cinquenta, com a internalização dos setores produtivos da chamada Segunda Revolução Industrial (aço, química, eletricidade, petróleo, bens duráveis de consumo, etc.) e com o avanço do assalariamento, em maior escala nas cidades do que no campo, ocorreram novas e importantes transformações no mercado de trabalho e na dinâmica salarial. A implementação de setores industriais (Plano de Metas do governo JK) contribuiu para a expansão do proletariado e para a segmentação do mercado de trabalho urbano, conformando o que se poderia definir por incipiente mercado interno de trabalho (Pochmann, 1994, p. 643).

Com o desenvolvimento do proletariado, surge também a organização sindical brasileira, que, a partir da revolução de 30, passa a ter uma estrutura bastante atrelada ao Estado, o que não impediu, no entanto, que tivesse uma postura de confronto com o capital através do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), durante o período pré-64.

A deflagração do golpe militar, em 1964, desarticula quase totalmente o sindicalismo brasileiro. O governo introduz interventores nos sindicatos, efetua processos, prisões e até mesmo assassinatos de líderes sindicais. Os sindicatos, a maioria sob intervenção, são transformados em meros grupos assistencialistas e recreativos, deixando de lado a luta política, tão necessária naquele período, e jogando a massa trabalhadora no imobilismo e no conformismo.[†]

A história do sindicalismo brasileiro começaria a ser reescrita somente no final dos anos 70, quando o sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista deflagra uma campanha salarial, em 1977, que iria alavancar as greves que iriam irromper pelos próximos anos.

[†] Exceção a este imobilismo pode ser observada com a deflagração das greves de Osasco e Contagem, ocorridas em 1968.

A postura adotada pelas lideranças do denominado “novo sindicalismo” possuía nítido caráter de confrontação, em relação ao patronato e ao regime militar, que pode ser visualizado na deflagração de greves prolongadas, como no caso dos metalúrgicos do ABC paulista em 1980.

Com a atitude de confronto do movimento grevista, colocava-se em jogo não só os interesses do capital internacional, representado pelas empresas transnacionais, como o próprio regime militar, que começa a enfraquecer-se, apesar de dispor de mecanismos de repressão, como a lei de greve, a lei de segurança nacional e censura na imprensa. Esta estratégia de confronto continua pelo resto dos anos 80, tanto no setor privado, como, em especial, no setor público, incentivados pelas liberdades conquistadas e pelas perdas salariais dos planos econômicos

Nos anos 50, a Argentina já apresentava um razoável desenvolvimento, com modernização da agricultura e alguns indicadores sociais, com a baixa taxa de mortalidade infantil e reduzido grau de analfabetismo, que a distinguiu do Brasil, o que rendeu à Argentina destaque no cenário regional. Este processo ocorre com uma forte atuação do movimento sindical, como ressalta Moreno:

El sindicalismo com gran poder de presión, tanto por el número de afiliados como por sus mecanismos de acción, tuvo gran incidencia en el destacado desarrollo de los beneficios sociales y laborales de los asalariados argentinos (Moreno, 1995, p. 31).

O movimento sindical na Argentina possuía um atrelamento ao Estado superior ao vizinho Brasil. Com a ascensão de Perón, nos anos 40, ocorre a decadência do sindicalismo de caráter socialista e comunista e a criação do sindicalismo “peronista”, caracterizado pela cooptação das lideranças sindicais pelo poder[‡].

[‡] Em face da diminuição de ganhos sociais e para consolidar esse poder, a cúpula sindical foi se vinculando cada vez mais ao Estado, principalmente nas gestões do

Durante quase três décadas, os países da América Latina apresentaram surpreendentes taxas de crescimento, o que conduziu a uma queda de subutilização de mão-de-obra, sendo que, mesmo assim, grande parte da massa de trabalhadores encontrava-se em condição de subemprego, aliado a um precário sistema de proteção social, como afirma Pochmann:

Além de estar à margem dos sistemas de proteção social e trabalhista, constituídos especialmente para os empregados urbanos, as pessoas que se encontravam subempregadas tradicionalmente recebiam rendimentos reduzidos. A não ocorrência da situação de quase pleno emprego e de altos salários, como verificada nos países desenvolvidos no período de 1950/73, pode ser, em parte, atribuída à escassez de políticas econômica e social direcionadas essencialmente ao enfrentamento dos problemas do emprego em praticamente todos os países latino-americanos (Pochmann, 1998, p. 127).

O padrão de acumulação vigente até os anos 80, na América Latina, foi baseado no modelo taylorista-fordista. A partir dos anos 90, observa-se, na América Latina, e em especial na Argentina e Brasil, uma mudança no padrão de acumulação. Vive-se um clima de abertura comercial indiscriminada, um forte estímulo à participação do capital especulativo internacional. Há uma intensa transferência do patrimônio estatal para as mãos do capital privado, o que resulta na privatização quase total das empresas públicas como do setor energético, siderúrgico, de transporte e comunicações.

Nestes dois países, Argentina e Brasil, foi adotada, a partir deste período, uma política de flexibilização das relações de trabalho, mesmo que estes países nunca tenham conhecido um

peronismo, perdendo com isso parte de sua capacidade de barganha, o que, no futuro, se converteria também em perda de credibilidade junto às bases sindicais, contrariando a histórica representatividade da CGT (Castro e Wachendorfer, 1998, p. 134).

processo pleno de regulamentação das leis trabalhistas, ao contrário dos chamados “trinta anos de ouro” dos países desenvolvidos.

O Brasil e a Argentina têm conhecido, desse modo, um crescente processo de desregulamentação das relações de trabalho, que pode ser observado nas alterações das leis que regulam os direitos trabalhistas, bem como nas novas formas de organização produtiva e empresarial, que é desta maneira descrita por Castro e Dedecca:

Condições de trabalho amparadas em contratos marcados por grande flexibilidade da jornada de trabalho, da remuneração e da ocupação vão aparecendo mesmo ali onde antes existiam segmentos razoavelmente estruturados, como se observa na indústria automotiva argentina. Grandes empresas do setor têxtil brasileiro transferem plantas do Sudeste para o Nordeste, organizando-as por sobre uma rede ampla de produtores à domicílio, com níveis de remuneração muito mais baixos que aqueles anteriormente obtidos pelos trabalhadores assalariados têxteis (Castro e Dedecca, 1998, p. 15).

Além disso, começa a observar-se a ascensão do setor de serviços em detrimento do setor industrial como resultado da falência do modelo taylorista-fordista, bem como do impacto da abertura comercial, que conduziram à desestruturação do parque industrial local de ambos os países.

Amplifica-se, desta maneira, o poder do capital sobre o trabalho, que resulta na desmobilização do movimento sindical, o qual conheceu no Brasil o seu auge na década de 80[§], e que agora mostra-se incapaz de responder às investidas do neoliberalismo, conduzindo, desta forma, ao comprometimento da discussão sobre

[§] Sobre a importância do movimento sindical brasileiro nos anos 80, ver as obras *A Rebeldia do Trabalho* (Antunes, 1992), e *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80* de (Boito Jr., 1991).

os reajustes salariais e às reivindicações sobre a melhoria das condições de trabalho.

A fragilização do movimento sindical facilita a inserção das novas formas de precarização do trabalho, como a aplicação da terceirização, amplamente difundida na América Latina, em que se observa uma aparente autonomização dos trabalhadores frente ao capital. Mas, que na verdade, ela expressa uma situação individualista do trabalho que fragmenta a sua ação coletiva e desvincula as empresas de arcar com diversos encargos trabalhistas, acabando, desta forma, com diversos direitos anteriormente assegurados pelos trabalhadores^{**}.

3 O movimento sindical e os anos 90

A Argentina começa o processo de transformação nas relações de trabalho a partir da ascensão à presidência de Carlos Menem em 1989. A política econômica da Argentina volta-se à busca do crescimento econômico através do incremento dos lucros das empresas privadas.

Assim sendo, são gestadas medidas visando à redução dos custos das empresas com a força de trabalho, aliadas à queda dos gastos públicos, abertura comercial e alta competitividade, trazendo inúmeras conseqüências tanto no aumento do desemprego, na precarização do trabalho, na retração acentuada dos salários, bem como numa queda expressiva com os gastos sociais:

Si bien hoy los economistas más ortodoxos del liberalismo juzgan insuficiente la caída del costo laboral, y por ende elevado el actual nivel de salarios, en los hechos puede constatarse un doble proceso: por una parte una fuerte presión a la baja sobre los salarios, y por otra parte, un aumento de la

^{**} A respeito das implicações da terceirização sobre o mundo do trabalho, ver *Terceirização – Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho* (Martins e Ramalho, 1994).

exclusión social: aumentos de la subocupación, del trabajo precario y del desempleo, y en general un aumento de los niveles de pobreza (Moreno, 1995, p. 31).

A necessidade de abrir as portas para o capital externo, resultado da necessidade de manter a paridade do peso argentino com o dólar, derivado da implantação do Plano Cavallo, traz como conseqüência, que os investimentos diretos são alocados nos setores que interessam às empresas transnacionais. Isso faz com que o Estado assumira uma posição passiva diante dos rumos do crescimento econômico, como afirma Cano (1999, p. 53).

Da mesma forma, observa-se uma luta interna envolvendo incentivos de caráter preferencialmente tributários, financeiros e de infra-estrutura por parte das províncias e municípios. Por fim, o efeito da abertura comercial sobre o comércio exterior resulta do aumento exacerbado das importações, da desestruturação do setor produtivo e da amplificação do desemprego.

Na Argentina, a taxa de desemprego aberto, segundo Cano (1999, p. 149), cai de 7,5%, em 1989, para 6,0%, em 1991. No entanto, após a abertura comercial, a diminuição do tamanho do Estado, e a implantação do processo de privatizações elevaram o desemprego para 12,2%, em 1994, e para 17,3%, em 1996. Ainda para o autor:

O alto crescimento do PIB e do investimento em 1997 baixou-a para 14,9 e até meados de 1988 situava-se em 13,5. Contudo, essa diminuição esconde o aumento do “desemprego oculto” que, de 8,5 em 1989-1990 sobe para 10,4 em 1994, situando-se em 13,2 em 1996-1997. A soma de ambos nos dá uma taxa de desemprego total que atinge hoje de 26% a 28% da PEA urbana do país. Na região metropolitana de Buenos Aires, as taxas de desemprego aberto setoriais também se elevaram fortemente entre 1989 e 1997: na indústria de transformação passam de 7,3 para 13,3; na de construção, vão de 15,5 para 31,5; no comércio de 7,2 para 14,6, e nos serviços pessoais de 4,4 para 13,5 (Cano, 1999, p. 149).

Para combater o desemprego, bem como ao crescimento do trabalho informal, que em 1985 era de 42,7%, de 51,6% em 1990, e estava em 56,1% em 1995, situando-se na atualidade em 4 milhões de trabalhadores argentinos, são utilizadas medidas que visam diminuir a proteção ao emprego, previstas pela legislação trabalhista argentina.

Observa-se, assim, o aumento do processo de precarização do trabalho através, entre outras medidas, do incentivo à contratação de trabalhadores temporários; da possibilidade de suspender o trabalhador por falta ao emprego, em um período inferior a 30 dias; e da utilização do contrato de experiência por até três meses.

O sindicalismo argentino, historicamente, havia funcionado com forte atrelamento ao Estado. No entanto, com a redução acentuada do papel estatal através do enxugamento de suas funções tanto devido à terceirização das funções antes ocupadas pelo Estado, como pelas privatizações, uma nova situação é vivida pelo sindicalismo argentino sobre o qual se pode afirmar:

Os sindicatos tiveram de admitir que já não eram reconhecidos como parceiros e que seu estilo político e seu poder de negociação tinham se tornado obsoletos. Cada vez mais reduzidos em suas margens de negociação, alguns sindicatos no interior da CGT, muitos oriundos da indústria, passaram a atuar de forma mais contestadora e se afastaram do governo, ao mesmo tempo que outros consolidaram ainda mais uma aliança com o menemismo, submetendo-se à política governamental em troca de uma participação “empresarial” nos processos de privatização das estatais e das obras sociais” (Castro e Wanchendorfer, 1998, p. 134).

O movimento sindical argentino, na atualidade, apesar de todas as dificuldades que a conjuntura apresenta, tem vivido um momento rico, adotando uma política de confronto aberto contra a política

neoliberal de seus últimos governos, deflagrando greves gerais em setores estratégicos do país e levando multidões às ruas^{††}.

No Brasil, como visto anteriormente, no final dos anos 70 e por quase toda a década de 80, o movimento sindical brasileiro encontrava-se em pleno auge, assumindo uma nítida postura de confronto, tanto em relação ao patronato quanto ao governo federal. Este era um quadro que contrastava tanto com a decadência do sindicalismo dos países desenvolvidos quanto da América Latina.

O período de auge do sindicalismo brasileiro, no entanto, tinha já seus dias contados. O Brasil estava, na verdade, com pelo menos uma década de atraso em relação à reestruturação produtiva mundial. Enquanto a economia dos países centrais encontrava-se em pleno processo de reestruturação nos anos 80, o Brasil seguia ainda o modelo taylorista-fordista, adotado no período da industrialização por substituição de importações.

Foi a partir dos anos 90 que as transformações, que já ocorriam nos países desenvolvidos, passaram a atingir o Brasil, fazendo com que o movimento sindical brasileiro acompanhe a crise internacional do mundo do trabalho.

Com a posse do governo Collor, em 1990, o novo governo opta, a exemplo da Argentina, por uma política de modernização neoliberal, com um caráter nitidamente conservador. Neste sentido, o Estado busca atingir a competitividade como a saída para o atraso econômico, implantando a abertura da concorrência externa em

^{††} As principais centrais sindicais argentinas junto ao movimento de massas tem realizado importantes manifestações anti-governamentais, como as “revoltas da fome” de 1989, que resultou em 14 mortes e na imposição do estado de sítio no país. No ano de 1996, sob o comando da CGT, MTA e CTA, foram deflagrados três grandes movimentos de paralisação. Somente no ano de 2000, a Argentina conheceu duas greves gerais no primeiro semestre, 25 de maio e 9 de junho, além da grande geral de 36 horas, chamada pela CGT e CTA, ocorrida nos dias 23 e 24 de novembro.

vários setores, em especial, no automobilístico, e com estímulo cada vez maior à reestruturação produtiva.

As novas formas de gerenciamento, de organização do trabalho, a entrada de produtos importados competindo com a indústria nacional e as inovações tecnológicas produzem um exército de desempregados. Segmentos operários vão atuar no setor de serviços, em empresas terceirizadas e na economia informal. Essa situação, como já foi visto no caso argentino, conduz a um crescente processo de fragmentação e enfraquecimento do movimento sindical e acaba por ferir os vários anos de conquistas obtidas pelo movimento organizado dos trabalhadores ^{‡‡}.

A precarização do trabalho no Brasil dos anos 90 mostra-se evidente. Segundo Pochmann (1999, p. 75), em cada dez ocupações geradas entre 1989 e 1995, entre oito não- assalariadas, encontram-se somente duas assalariadas. Observa-se, desta maneira, um crescente movimento de desassalariamento, resultado da eliminação de empregos com registro:

Os empregos assalariados sem registro apresentaram, por sua vez, taxa de crescimento médio anual de 3,12%. Em razão disso, ocorreu uma geração média anual de 541,5 mil empregos assalariados sem registro no mesmo período em

^{‡‡} Sobre as reformas nas relações de trabalho ocorridas nos anos 90, no Brasil, Cano (1999, p. 260) afirma que as principais são: a instituição da remuneração variável via participação nos lucros e resultados, em que o trabalhador não possui nenhum controle sobre a documentação da empresa; eliminação de fatores que inibiam a demissão sem justa causa; eliminação da indexação na política salarial, forçando a negociação entre patrões e empregados em um momento de fragilização dos sindicatos ; limitação da fiscalização da legislação trabalhista pelo Ministério do Trabalho; ampliação do contrato temporário de trabalho; criação do Banco de Horas, que possibilita que a jornada de trabalho seja maior do que 44 horas; permitiu-se a criação de Cooperativas de serviços profissionais, cujos membros não possuem vínculo empregatício, e desta forma, isenta o contratante de encargos sociais; permitiu-se a suspensão temporária do contrato de trabalho, negociada com o sindicato.

exame e uma perda total estimada em 350 mil empregos assalariados sem registro (Pochmann, 1999, p. 75).

Observa-se um aumento acentuado do desemprego total, que, se ocupava 8,7% em 1989, passou para 15,2% em 1992, atingindo a cifra de 15,1% em 1996, segundo Mattoso e Siqueira Neto (1997, p. 13).

Como uma política voltada a combater o desemprego, o governo brasileiro tem buscado no incentivo à flexibilização das relações de trabalho, uma estratégia para estimular a geração de empregos, mesmo que exista na prática uma grande flexibilização do trabalho, que se expressa em uma alta rotatividade de mão-de-obra e no baixo nível de salários. Outra medida utilizada para a geração de empregos tem sido o estímulo a programas de qualificação profissional, que joga nos ombros do trabalhador a culpa por não conseguir inserir-se no mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo que esta série de derrotas é imposta à classe trabalhadora, o movimento sindical passa a assumir, no caso brasileiro, uma postura conciliatória e não de confronto, em que líderes das principais centrais sindicais entrelaçam seu discurso com o patronal e o governista, anulando, assim, a resistência por parte do movimento sindical.

4 Considerações finais

Todo este conjunto de modificações no processo produtivo e na economia mundial traz grandes conseqüências para a classe trabalhadora e para o movimento sindical em particular, como a diminuição do trabalho vivo no processo de produção, aumento do desemprego, diminuição do trabalho regular e ascensão do trabalho temporário, além da expansão da economia informal e da terceirização.

De maneira geral, os trabalhadores temporários, do setor informal e terceirizados, não possuem sindicatos organizados e seus salários são mais baixos que os dos operários das fábricas, o que conduz a um processo de fragmentação da classe trabalhadora e a um arrefecimento do movimento sindical como instrumento de pressão, o que, por sua vez, se manifesta nos altos índices de trabalhadores não-sindicalizados verificado mesmo nos países desenvolvidos e que o movimento sindical não está conseguindo reverter.

Somando-se aos fatores advindos da introdução de novas formas de gerenciamento e de inovações tecnológicas, ocorre também a crise do movimento comunista internacional, em função da derrocada do socialismo real, o que traz profundas modificações no processo de luta de classes no mundo e diminui o poder de mobilização e pressão dos sindicatos e partidos operários.

A conjuntura desfavorável tem conduzido o sindicalismo à substituição da estratégia de confronto pelo defensivismo, correndo-se o risco de manter-se o sindicato preso à lógica do capital e incorporado à perspectiva da empresa, o que impossibilitaria, desta forma, a constituição de um projeto hegemônico da classe trabalhadora.

A ampla propagação do discurso neoliberal passa a influenciar até mesmo os representantes da classe trabalhadora. Sob uma ótica gramsciana, pode-se dizer que um número cada vez maior de líderes sindicais passa a reproduzir o discurso da classe dominante, como se fosse o seu. O resultado disto é a ascensão de líderes e correntes do movimento sindical de caráter vacilante, que não visualizam outra alternativa para a classe trabalhadora a não ser a busca da conciliação de classes, com a apologia da parceria entre o trabalho, o Estado e o capital.

Desta forma, o movimento sindical, em especial o brasileiro, encontra-se impotente para responder às mutações que estão se

dando no mundo do trabalho. Este fato se manifesta no desinteresse dos assalariados pela utilização do sindicato como legítimo instrumento de luta, transformando em um verdadeiro trabalho de Sísifo a defesa da redução da jornada de trabalho, a luta contra o desemprego, a precariedade do trabalho, o baixo salário mínimo, a concentração acentuada da renda e a defesa pela retomada do crescimento de forma soberana e voltado aos reais interesses da classe trabalhadora.

Para tanto, torna-se mais do que nunca imprescindível uma ação conjunta dos sindicatos que compõem os países do Mercosul, a começar pelos trabalhadores do Brasil e da Argentina, para a formulação de uma estratégia conjunta de confronto contra o capital e os governos neoliberais, que conduza ao ressurgimento do sindicalismo latino-americano como um determinante instrumento para a construção de uma nova sociedade, em que os trabalhadores sejam os atores principais.

5 Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. **A Rebelia do Trabalho** – O Confronto Operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80. 2^a ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. 220 p.
- BOITO JR., Armando (org.). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 196 p.
- CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. 582 p.
- CASTRO, Maria S. P. de e WACHENDORFER, Achim. **O Sindicalismo do Mercosul**. In: São Paulo em Perspectiva – Movimento Operário e Sindical. V.12, n.1. São Paulo: SEADE, 1998, p. 129-141.
- CASTRO, Nadya A. e DEDECCA, Claudio. Flexibilização e Precarização: Tempos mais Duros. In: CASTRO, Nadya A. e

- DEDECÇA, Claudio S. (orgs.). **A Ocupação na América Latina: Tempos mais Duros**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998, p. 9-18.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos – O breve século XX (1914- 1991)**. 2^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.
- MARTINS, Heloísa de Souza e RAMALHO, José Ricardo (orgs.) **Terceirização – Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. 237 p.
- MATTOSO, Jorge Eduardo L. e SIQUEIRA NETO, José Francisco. **O Trabalho em Regime de Subcontratação no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1997. 43 p.
- MORENO, Omar. Reforma Laboral en Argentina. In: WANNÖFFEL, Manfred (org.). **Ruptura en las Relaciones Laborales**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1995, p. 27-48.
- POCHMANN, Marcio. Trinta Anos de Políticas Salariais no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso de (org.). **O Mundo do Trabalho – Crise e Mudança no Final do Século**. São Paulo: Scritta, 1994, p. 641-671.
- POCHMANN, Marcio. Ajustes Macroeconômicos e Novas Formas de Exclusão Social: A Situação Recente na Periferia do Capitalismo. In: VIGEVANI, Tullo e LORENZETTI, Jorge (orgs.). **Globalização e Integração Regional: Atitudes Sindicais e Impactos Sociais**. São Paulo: LTR, 1998, p. 125-141.
- POCHMANN, Marcio. **O Trabalho sob Fogo Cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999. 205 p.
- PRIEB, Sérgio A. M. A Tese do Fim da Centralidade do Trabalho: Mitos e Realidade. **Economia e Desenvolvimento**, n. 12. Santa Maria: UFSM, 2000, p. 48-76.